

BOLSA-FAMÍLIA, EDUCAÇÃO E CIDADANIA
BAG-FAMILY, EDUCATION E CITIZENSHIP

Roberto Carlos Simões Galvão¹

RESUMO: O Bolsa-família, programa do governo federal visando promover a educação entre a população de baixa renda, é uma ação paliativa que não altera estruturalmente as perspectivas de inserção econômica e social. Nesse sentido, o presente artigo tenta demonstrar que a contribuição da educação formal para o exercício da cidadania plena, sob o modo de produção burguês, encontra severos limites. Os referenciais teóricos marxistas permitem que façamos uma leitura crítica da realidade objetiva, compreendendo os limites e as perspectivas da interação entre educação e cidadania, seja na sociedade do capital ou mesmo após o advento do socialismo. A sociedade burguesa espera repercussões econômicas da educação e da alfabetização, mas não se pode crer que essas repercussões sejam seu fim primordial.

PALAVRAS-CHAVE: Fundamentos da Educação, Políticas Públicas, Marxismo.

ABSTRACT: The Bag-family, the federal government's program seeking to promote the education among the population of low income, it is a palliative action that doesn't alter in structural the perspectives of economical and social insert. In that sense, the present article tries to demonstrate that the contribution of the formal education for the exercise of the full citizenship, under the bourgeois production way, finds severe limits. The Marxist theoretical references allow that make a critical reading of the reality it aims at, understanding the limits and the perspectives of the interaction between education and citizenship, be in the society of the capital or even after the coming of the socialism. The bourgeois society waits for economical repercussions of the education and of the literacy, but one cannot believe that those repercussions are your primordial end.

KEY-WORDS: Foundations of the Education, Public Politics, Marxism.

O programa Bolsa-Família, mantido pelo Governo Federal, certamente contribuiu para o resultado das eleições majoritárias no ano de 2006. Como é sabido, naquele ano o Presidente da República Luis Inácio Lula da Silva foi reeleito com ampla maioria dos votos. Com efeito, milhares de famílias carentes, favorecidas pelo Bolsa-Família, acabaram engrossando a fileira dos eleitores do candidato à

¹ Professor de Filosofia na Rede Privada de Ensino, Pós-Graduado em Filosofia pela Universidade Estadual de Londrina, Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Maringá. E-mail: rcsgalvao@bol.com.br

reeleição. Porém, com Lula reeleito, a formação da cidadania no Brasil continuou rimando com assistencialismo.

Atualmente, os partidos políticos de oposição argumentam que não se está exigindo das famílias beneficiadas pelo programa Bolsa-Família – que atende 11 milhões de famílias no país – uma contrapartida no sentido de enviar os filhos com idade apropriada para a escola. Afirmam os opositoristas que o referido programa governamental – tal como vem sendo aplicado – acaba gerando uma dependência das pessoas assistidas em relação ao dinheiro enviado pelo governo federal. As famílias, defendem alguns deputados, serão mantidas eternamente na pobreza, posto que seus filhos não estão freqüentando a escola devidamente.

Um número expressivo de políticos e intelectuais, de diferentes partidos e ideologias, acredita que a partir do acesso à educação formal – que em algumas regiões do Norte e Nordeste tende a ser de péssima qualidade – as novas gerações obteriam condições de ascensão social, não mais necessitando da ajuda do governo. Será isso verdade?

A educação de qualidade, sem dúvida, constitui um dos direitos fundamentais que compõem a cidadania. Não existe cidadania plena sem educação. Porém, a possibilidade de ascensão social e o exercício dos direitos fundamentais, tudo isso requer muito mais que o acesso à educação. A vigência dos direitos sociais depende, por exemplo, do pleno emprego, do acesso à saúde e à moradia digna. A falta de investimento nessas áreas tende a proporcionar condições impróprias ao aproveitamento das oportunidades educacionais, quando elas existem.

Os autores mais críticos frequentemente se opõem à chamada “educação para a cidadania”, a qual visa produzir o cidadão burguês, individualista, ordeiro, passivo, indiferente à realidade que o circunda e adaptado ao sistema capitalista. A escola, neste contexto, acaba existindo não para atender ao conjunto da sociedade, mas sim para atender aos interesses da classe dominante. Tem havido também uma forte oposição à idéia de que a educação possa promover a tão sonhada transformação social. De fato não é verdade que a educação transforme a vida das pessoas, conforme vem sendo veiculado, sistematicamente, pela Rede Globo de televisão.

Não é verdade, igualmente, que o aumento dos níveis de escolaridade da população repercute numa maior absorção da mão-de-obra pelo mercado de trabalho. Associar o desemprego à falta de formação escolar é, sem dúvida, uma falácia. O mercado de trabalho tem seus próprios mecanismos de produção da desigualdade e da exclusão, nada relacionados à educação.

Se educação e cidadania são expressões que ocupam um espaço importante na mídia, fora desse contexto nada há que possa comprovar a existência de uma real preocupação da elite burguesa com a instrução ou com o estado de pobreza e indignidade em que vive a maioria dos cidadãos brasileiros. Certamente, seria vantajoso para a educação se a crença em seu poder transformador gerasse sólidos investimentos do Estado nesta área. Isto, porém, nunca aconteceu.

Com a reeleição de Lula para a Presidência da República, o ensino básico continuou esquecido pelo Governo Federal, que alega ser esse nível do ensino público uma responsabilidade dos municípios. Lula, nos primeiros quatro anos de governo, investiu na criação de algumas universidades federais e extensões universitárias, entretanto, pouco ou nada fez em favor da melhoria da qualidade do ensino fundamental no Brasil. Até mesmo o Fundo de Educação Básica (FUNDEB), que visava destinar cerca de cinco bilhões de reais para a educação básica, tardou a ser aprovado pelo Congresso Nacional.

As políticas públicas de orientação neoliberal caracterizam bem o atual governo. Os antigos ideais socialistas que fundamentavam a ideologia do Partido dos Trabalhadores foram completamente abandonados. O PT, antes a maior organização política de esquerda no país, hoje se encontra esfacelado em meio à corrupção e às práticas neoliberais adotadas pelo presidente Lula.

Em todas as sociedades capitalistas a educação formal tem permanecido a serviço da grande burguesia, fortalecendo a mercantilização do saber e o individualismo competitivo, ao mesmo tempo em que se perpetua a exclusão econômica de milhões de indivíduos. Nesse contexto, a difusão da educação como mola propulsora para o progresso e para a cidadania, está sendo usada, arditamente, para ocultar as verdadeiras razões da desigualdade de renda e da pobreza no Brasil.

Na verdade, muitos dos problemas sociais do mundo contemporâneo – onde boa parte da população economicamente ativa encontra-se desempregada ou

subempregada, conforme dados da Organização Internacional do Trabalho – muitos desses problemas, têm no modo de produção capitalista o seu fundamento e a sua lógica.

Considerando que até mesmo a crise da educação está inserida na crise da totalidade, torna-se evidente que também a solução dos problemas da escola pública exige a solução de problemas sócio-econômicos. Nas palavras de Munoz (2008), “[...] muitos dos grandes problemas da educação não se encontram nos sistemas escolares, mas no entorno sócio-econômico francamente discriminatório”.

É sabido que a solução efetiva da crise mundial implica a superação da sociedade tal como está constituída hoje. Porém, uma classe social – vale dizer, a grande burguesia – não deseja essa transformação. Ora, qual tem sido o interesse dos poderosos grupos econômicos frente à necessidade da distribuição de renda, em um mundo onde uma ínfima minoria é proprietária de quase toda a riqueza produzida?

Numa sociedade injusta e desigual, onde milhões de indivíduos permanecem em condições de extrema pobreza, a cidadania acaba existindo apenas para uma parcela abastada da população. Ora, os males impostos pela crise sócio-econômica, obviamente, não atingem banqueiros, latifundiários e a grande burguesia. Bancos e empresas privadas, vale ressaltar, continuam obtendo lucros astronômicos no Brasil. A riqueza existe, mas está concentrada nas mãos de uma minoria.

Paralelamente à radical alteração do modo de produção burguês, acima proposta, a educação poderá contribuir para que homens e mulheres tornem-se indivíduos emancipados e omnilaterais – verdadeiramente cidadãos – conforme antiga reivindicação dos educadores marxistas.

A teoria marxista não pensa a realidade da educação como algo desligado da história e dos fundamentos econômicos. A educação em Marx é analisada no âmbito da sociedade de classes, considerando as circunstâncias sob as quais agem os homens e considerando, ainda, as condições políticas e econômicas herdadas do passado e que acabam determinando os interesses em jogo.

Para Marx (2002) a formação dos homens se dá no processo de luta de classes. É por meio desse processo que o proletariado desenvolve os fundamentos de uma nova sociedade, com novos valores e uma nova consciência. Por isso é que se diz que a educação verdadeira, emancipadora e libertadora não se restringe à escola. Como lembra Saviani (2005, p.247), “antes da escola a educação coincidia com o próprio processo de existência. Era a própria vida”.

A associação entre educação e produção material, entre trabalho intelectual e trabalho manual, entre concepção e execução e entre teoria e prática, muitas vezes é apontada como fundamento de uma formação marxista. Trata-se de uma prática pedagógica que promove a associação e a solidariedade entre os homens.

Manacorda (1991, p.75), entende que:

A teoria marxista pressupõe uma práxis educativa que, ligando-se ao desenvolvimento real da sociedade, realize a não-separação dos homens em esferas alheias, estranhas umas às outras e contrastantes, ou seja, uma práxis educativa que se funde sobre um modo de ser que seja o mais possível associativo e coletivo no seu interior e, ao mesmo tempo, unido à sociedade real que o circunda.

É sabido que Marx (2005) não se deteve muito na questão educacional; outras foram as suas preocupações. O filósofo entendia que desenvolver estudos aprofundados referentes à educação na futura sociedade comunista, consistia num erro comum entre os socialistas utópicos, que criavam modelos para cuja concretização faltam ainda os fundamentos.

A relação entre educação e cidadania não é assunto novo no Brasil. A maior parte dos estudos realizados até agora tende, entretanto, a apontar o direito à educação como sendo o grande instrumento de promoção da cidadania. Na esteira do alvoroço em torno do tema, dezenas de obras foram lançadas no mercado literário nos últimos anos. A riqueza e a diversidade da literatura disponível permitem conhecer as diferentes abordagens do assunto no Brasil e no mundo.

Recentemente, Antônio Ermírio de Moraes (2006) publicou “Educação pelo amor de Deus!”, obra onde o autor reúne uma coletânea de artigos publicados ao longo dos últimos quinze anos, em sua coluna dominical no jornal Folha de S. Paulo. O empresário Antonio Ermírio, fundamentado em uma releitura da teoria do

capital humano, tem sido um árduo defensor da educação como motor do desenvolvimento econômico e social.

O autor parece não compreender que:

[...] a educação é parte do contexto social, do tempo, dos valores, das condições materiais e dos acontecimentos históricos em que se encontra e aos quais se integra. As relações internas e externas à instituição educacional dependem e se determinam pela vida dos homens, aos quais a ação educativa se destina. As aspirações destes, suas contradições, seus impasses, seus valores, suas visões de mundo e, fundamentalmente, o seu modo de produção material sustentam e dão significado à instituição educacional (LOPES, 1999, p. 67).

Não resta dúvida de que é inapropriado propor a realização do direito à educação como um condicionante da eficiência produtiva ou mercantil. Não é mais possível, sobretudo, que a educação seja moldada pelos setores que conduzem o mercado, fazendo do desenvolvimento macroeconômico o objetivo principal da escola (MUNOZ, 2008).

Quanto ao programa Bolsa-Família –, haja ou não a contrapartida do envio dos filhos para a escola –, essa é uma ação paliativa que não altera estruturalmente as perspectivas de inserção econômica e social. É incontestável, porém, o impacto positivo de políticas sociais e programas assistenciais sobre as famílias mais pobres do Brasil. Programas como o Bolsa-Família representam, a curto prazo, mais comida na mesa dos miseráveis e a compra de produtos essenciais. Nas palavras de Paulo Netto (2003, p.28), “as políticas sociais do Estado burguês são incapazes de atender aos seus objetivos. Mas está longe de significar que sejam desnecessárias, inúteis ou que devem ser menosprezadas”.

O problema é que onde chegam os benefícios das políticas sociais de cunho assistencialista, faltam investimentos que poderiam emancipar economicamente os pobres. Sem investimentos em infra-estrutura, o que se faz se assemelha a “enxugar gelo”, conforme exposto em matéria do jornal Folha de S. Paulo (CANZIAN, 2006). Ao invés de erradicarem a miséria e a injustiça social, os programas assistencialistas se limitam a aliviar a pobreza de um país onde 14 milhões de cidadãos estão na situação de extrema insegurança alimentar; onde 6 milhões não têm acesso a energia elétrica; onde 52,3 milhões de seres humanos

vivem em favelas. O número de brasileiros considerados pobres está acima do marco dos 50 milhões de indivíduos (CANZIAN, 2006; SCHWARTZMAN, 2004).

As estatísticas acima expressam bem a herança do neoliberalismo, qual seja, uma sociedade profundamente desagregada e com uma agressão permanente ao conceito e à prática da cidadania. Sob o império capitalista os direitos sociais e a cidadania foram, definitivamente, substituídos pelo contrato de compra e venda. Aliás, tal realidade fora constatada por Engels (1997), já no século XIX, como se lê:

Ao transformar todas as coisas em mercadorias, a produção capitalista destruiu todas as antigas relações tradicionais e substituiu os costumes herdados e os direitos históricos pela compra e venda, pelo “livre” contrato (ENGELS, 1997, p.86).

Resta-nos a certeza de que, não obstante o fato de ter perdido força no Brasil e no mundo, desde a queda do Muro de Berlim (1989) e o fim da União Soviética (1991), a proposta socialista continua sendo a única alternativa válida e viável ao capitalismo.

REFERÊNCIAS

CANZIAN, Fernando. Bolsa-família chega até onde governo não leva água. *Folha de S. Paulo – Caderno Dinheiro*, p. b8, São Paulo, 11 jun 2006.

ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. 14. ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

LOPES, Regina M. G. Pereira. Concepções pedagógicas e emancipação humana: um estudo crítico. In: PIMENTA, Selma Garrido (org.). *Saberes pedagógicos e atividade docente*. São Paulo: Cortez, 1999.

MANACORDA, Mario Alighiero. *Marx e a pedagogia moderna*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1991.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, 2005.

MORAES, Antonio Ermírio de. *Educação pelo amor de Deus!* São Paulo: Gente, 2006.

MUNOZ, Vernor. Educação e direitos humanos. *Folha de S. Paulo – Caderno Opinião*, p. A3, São Paulo, 3 fev. 2008.

PAULO NETTO, José. O materialismo histórico como instrumento de análise das políticas sociais. In: NOGUEIRA, F. M. G.; RIZZOTTO, M.L.F. (Orgs.). *Estado e políticas sociais: Brasil-Paraná*. Cascavel: Unioeste, 2003.

SAVIANI, Dermeval. Educação socialista, pedagogia histórico-crítica e os desafios da sociedade de classes. In: LOMBARDI, J.C.; SAVIANI, D. (orgs.). *Marxismo e educação: debates contemporâneos*. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

SCHWARTZMAN, Simon. *As causas da pobreza*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

SCHULTZ, Theodore. *O capital humano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

Recebido em: 02 de junho de 2008.

Aprovado em: 30 de junho de 2008.